

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, do Deputado Wellington Luiz e do Deputado Chico Vigilante, que "susta os efeitos da Ordem de Serviço nº 25, de 26 de fevereiro de 2108, expedida pela Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde do Distrito Federal".

A proposição não recebeu parecer da CCJ. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, do Deputado Wellington Luiz e do Deputado Chico Vigilante, que "susta os efeitos da Ordem de Serviço nº 25, de 26 de fevereiro de 2108, expedida pela Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde do Distrito Federal".

Com base no art. 63 do Regimento Interno desta Casa, e analisando critérios referentes a legalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação, e considerando que esta Casa, por meio de projetos de decreto legislativo, tem como

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018.	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

uma das suas funções revogar ações do Poder Executivo em que se considera a extrapolação do poder do chefe do Poder Executivo ou se seus auxiliares, não se vê qualquer óbice para a evolução da matéria. Logo, o parecer desta comissão é pela aprovação e admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, há uma preocupação nossa porque os decretos são legalmente utilizados para suspender regulamentação de leis aprovadas, e não é esse o caso. Nós estamos suspendendo uma portaria, uma ordem de serviço. Do ponto de vista legal – quero só dizer aos colegas que eu não quero entrar na discussão do mérito –, a sustação da Câmara Legislativa, por projetos de decretos, tem que ser de leis. **(TATI, ACHO QUE ERA ISSO QUE ELE QUERIA DIZER, MAS NÃO DISSE.)** Nós estamos fazendo a sustação de uma portaria. Se for aprovado isso, nós estamos usurpando o poder. Isso é uma competência do Poder Executivo. Só queria apenas alertar os colegas sobre isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um grande equívoco. Esse é o instrumento usado para sustar atos normativos – então, está exatamente cumprido o seu papel legal –, além de que é um verdadeiro absurdo o que o Governo do Distrito Federal faz com essas famílias. Esta

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Casa tem a obrigação de corrigir isso, e este é o momento. Nós não podemos nos acovardar nem do ponto de vista legal e constitucional, muito menos do ponto de vista político e do mérito. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, é muito importante colocar que nós estamos, sim, em descumprimento de uma ordem legal.

s/Luciano

Em descumprimento de uma ordem legal e por quê? O nosso Conselho de Saúde soltou uma resolução colocando que nenhum plano de saúde mental do Distrito Federal pode ser escrito antes de uma conferência distrital de saúde mental. Então, quando se solta uma portaria antes de haver a conferência distrital de saúde mental, essa portaria viola uma resolução que foi acordada por membros que, inclusive, fazem parte do Poder Executivo. Há uma violação frontal, sim, de uma resolução que foi tirada no Conselho de Saúde, que foi aprovada. Inclusive, eu quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure, que já havia solicitado uma moção para que a Secretaria de Saúde fizesse a nossa convenção e esse conselho realmente fosse estipulado para aí começar a discutir.

Então, o processo começou de trás para frente. Está errado o formato como o governo tem feito. E aqui eu quero deixar o meu repúdio, Deputado Agaciel Maia. Faz

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

um mês que nós fizemos uma audiência pública e o secretário não teve a hombridade de vir aqui falar e dar a posição dele. Ele nem sequer compareceu no plenário desta Casa para se justificar, para colocar assim: "Olha, nós não estamos fazendo isso. Nós estamos fazendo dessa outra forma." Aí, quando está no plenário desta Casa para ser votado, o secretário liga e fala: "Não, é apenas uma portaria." Ora, foi entregue para eles já como será o organograma. Não é apenas uma portaria. É uma violação de uma resolução que foi tirada dentro de um conselho de saúde que tem poder não só consultivo, mas deliberativo.

Então, se a gente for entrar no mérito da legalidade, quem está na ilegalidade é o Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas acrescentar uma coisa nessa discussão sobre o PDL. O que a gente está discutindo aqui é quando o Governo do Distrito Federal exorbita a sua possibilidade. O que Governo do Distrito Federal está fazendo com essa portaria é criando um direito novo. Ele está criando uma regra nova e ele não pode fazer isso. Regra nova, direito novo é por lei e não por portaria. Isso tinha que ser discutido aqui na Casa. Se não é discutido aqui na Casa esse direito novo, essa normatização, esse organograma e tudo o que ele está fazendo através de portaria, então, ele está exorbitando o poder que ele tem contra a legalidade. Esse é o princípio da suspensão através do projeto de decreto legislativo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

Então, a Casa das Leis é essa. O governo pode eventualmente legislar, mas dentro de um espectro muito bem definido. Não é o caso agora. O governo está exagerando, fazendo mais do que devia e ainda mais por uma ferramenta inadequada, que é a portaria. Portanto, o decreto legislativo é justo. Nós vamos votá-lo e pedimos o apoio dos demais Deputados para derrubar essa portaria.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se estivesse tudo bem, esse pessoal não estaria aqui na galeria. Isso aí é fato. Se a gestão, se os trabalhos estivessem sendo desenvolvidos a contento e os servidores estivessem satisfeitos, eles não estariam nessa galeria hoje. Eu reconheço isso. Agora eu tenho que alertar V.Exa. – eu acho que a secretaria da Mesa também deveria apresentar essa informação para V.Exa. – que esse PDL vai ter dificuldades do ponto de vista legal. É apenas um alerta. Eu não estou entrando na discussão exatamente ressaltando que, se essas pessoas estão aqui hoje, está havendo alguma coisa errada. Eu reconheço isso. Agora a Câmara Legislativa começa a derrubar, por decreto, portaria de governo que constitui grupo de trabalho ou coisa dessa natureza e não o que estabelece o nosso regimento e a lei, que é a regulamentação de leis, decretos do governo. Eu apenas quero fazer a V.Exa. esse alerta. Nós não vamos encontrar respaldo legal para isso.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) –
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes do instituto, servidores e comunidade,

Servidores e comunidades, Sr. Presidente, é extremamente importante, Deputado Agaciel Maia, entender o quadro de vulnerabilidade em que o instituto se encontra nesse momento.

Eu não quero entender que essa solução passa tão somente por uma votação, ela é muito mais complexa do que isso, exige paciência e capacidade de diálogo e representação do segmento para dialogar com as autoridades.

Acho que o grande equívoco neste processo foi o Governo não envolver os segmentos que estão diretamente envolvidos num processo de compressão do passo que precisa ser avançado e não retrocedido.

Essa luta do Instituto de Saúde Mental é uma coisa extremamente cara para o segmento. Por que é? Porque foi uma luta muito dura sair do sistema carcerário para um modelo mais de maneira ambulatorial, Deputada Luzia de Paula.

A nova formulação da saúde mental no Brasil passou a obedecer ao modelo ambulatorial; o sistema de choque clínico, de isolamento já é ultrapassado, no entanto, vozes do passado continuam ecoando no cenário da vida pública, particularmente da saúde pública.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. prestaria um enorme valor a esse debate se pudesse chamar o segmento organizado, e levar o segmento organizado ao Sr. Governador. Eu entendo V.Exa. do ponto de vista do modelo apresentado, porque

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____

Folha nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018.	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

aqui, a Deputada Celina Leão, está apresentando um anseio que toda comunidade tem. O instrumento que ela apresentou foi esse.

Quando nós fizemos o debate das tarifas de usuário, as tarifas de transporte foi o mesmo debate. Então, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que exerce esse papel de liderança, diálogo com o Governo, só de conseguir uma audiência com o Sr. Governador para levar a representação desse movimento, eu acredito que daria um passo extraordinário de poder encontrar, no diálogo, uma saída para o problema.

E eu pediria a V.Exa. que incluísse a Deputada Federal Erika Kokay, uma vez que a Deputada Celina Leão já estaria envolvida, porque a propositura é de S.Exa. e dos Deputados Wellington Luiz e Chico Vigilante.

Eu peço enormemente a V.Exa., pela liderança e pela confiança que o Governador tem em vossa pessoa, que conduza esse segmento a esse debate com o Governo do Distrito Federal, uma vez que o Secretário de Saúde ele está sensível, mais ele não formaliza como deveria formalizar.

Então, o apelo que foi apresentado é a saída que foi verificada, a despeito de que os argumento de V.Exa. procede, mais nesse momento a coisa é muito mais política do que meramente um ato legal.

Continua em discussão. Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Wasny de Roure no alto da sua experiência, capacidade e competência, resumiu bem. O fato de votarmos um decreto revogando

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

a portaria, não sana necessariamente as causas que estão trazendo essas pessoas aqui.

Eu conheço o Instituto na época em que o Dr. Ulisses era o Presidente - fui muitas vezes lá: era uma pessoa preparada e competente. E a desconstrução do Instituto não me agrada também. Essa desconstrução de um órgão que funciona, e funciona bem, não me agrada.

Eu acato a questão de ordem do Deputado Wasny de Roure, no sentido de fazer um encaminhamento de um entendimento a respeito de se achar uma solução para essa questão. Uma solução sendo discutida e dialogada.

Uma solução sendo discutida e dialogada, porque o que nós precisamos é exatamente disto: estabelecer saídas para valorizar os servidores que estão trabalhando naquele Instituto que já tem uma história bonita no Distrito Federal e que está enfrentando alguns problemas nesse sentido.

Eu acho que a iniciativa da Deputada Celina Leão é uma reação natural que ela tem, um instrumento que ela tem, mas eu ainda acredito que a construção através do diálogo e de proposições de saídas para que não desconstruamos esse Instituto – que é uma coisa boa, que faz um bom trabalho para Brasília – é muito importante, eu acho que o caminho ainda é o diálogo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa., logo em seguida ao Deputado Cláudio Abrantes.

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____

Folha nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade eu vou discutir o assunto porque essa situação não é tão simples, não está se falando de um simples momento do Instituto.

Deputado Joe Valle, Deputada Celina Leão, Deputada Telma Rufino, eu gostaria que V.Exas. prestassem bastante atenção na gravidade da situação. Temos 33 pacientes internados hoje no Instituto, alguns pacientes, Deputado Wasny de Roure, são egressos do sistema penitenciário e estão lá internados – estão aqui as pessoas que tratam deles. São atendidos, Deputado Joe Valle, por mês, dois mil pacientes no Instituto. Nós estamos falando de coisas que existem há 30 anos e a Subsecretária, sem conversar com ninguém, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que é Líder do Governo, baixou uma portaria acabando com tudo isso sem dizer o que vai colocar no lugar. É disso que nós estamos falando. (Palmas.) Colocaram na portaria que vai ser criada uma tal de Casa de Passagem dentro do Instituto, casa de passagem não é para internação, dizem que vão deslocar dois leitos do Hospital São Vicente de Paula para dentro do Instituto. Que loucura é essa! Que maluquice é essa! Que coisa é essa! Eu, juntamente com a Deputada Celina Leão e o Deputado Wellington Luiz, assinamos essa proposição de sustar essa aberração porque é a última chance que sobrou para a gente, Deputado Cláudio Abrantes, a última. Eu quero saber o que vão fazer com os trinta pacientes que estão lá. Não disseram.

Deputado Agaciel Maia, acho que a saída... Posso até conversar com os meus pares, nós que assinamos, com o Deputado Wellington Luiz e com a Deputada Celina Leão, podemos continuar discutindo aqui, mas, se não houver a garantia do governo

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

de que essa portaria não vai vigorar, nós vamos votar o decreto. (Palmas.) Vamos votar o decreto, depois eu quero ver se o governo vai ter a cara de ir à Justiça derrubar o decreto porque nós queremos que as pessoas continuem internadas e sendo tratadas. Quero ver qual a explicação que o governo vai dar, Deputado Delmasso, para os dois mil pacientes cadastrados e que estão sendo lá atendidos. Onde eles vão ser atendidos? Isso não foi respondido. É disso que está se falando. Portanto, antes de se pegar simplesmente no formalismo, que é o que está sendo feito neste momento, eu quero que sejam dadas respostas a questões concretas. Para isso, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. pode perfeitamente, com o conhecimento, a sensibilidade e a responsabilidade que V.Exa. tem, conversar com o governo e assumir o compromisso neste momento, antes da votação, Deputado Wellington Luiz, de que está suspensa a portaria. Aí a gente discute. Com a portaria em vigor não dá para discutir, porque eles já fizeram o desmonte.

S/32

porque eles já fizeram o desmonte. E depois, Deputado Joe Valle, que faz o desmonte, é igual a casa, quando você derruba, não tem mais nem a tapera, só tem o chão. É isso que nós não aceitamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de uma maneira geral, vou tentar ser breve também, porque

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

eu acho que a gente precisa votar logo. A minha opinião é essa. Eu concordo com a ponderação do Deputado Chico Vigilante. S.Exa. está perfeito na sua análise, tudo correto. O diálogo é o melhor caminho, como disse o Deputado Agaciel Maia e o Deputado Wasny de Roure, mas a própria Constituição Federal, no seu artigo 5º, inciso II, diz: "Ninguém é obrigado a fazer ou a deixar de fazer senão em virtude de lei". Isso é elementar para qualquer estudante de Direito. É fato. Então nós estamos aqui discutindo um governo que exagerou na sua atribuição. O que foi colocado tem esse fator social, mas não podemos deixar isso vigorar.

E eu, pessoalmente – essa é uma questão pessoal –, não confio no governo. Mesmo que o governo diga: "Está suspenso", eu não confio. Eu gostaria de encaminhar neste sentido: que a gente vote logo o projeto de decreto legislativo, suspendendo os efeitos; até porque, se o governo depois resolver fazer outra coisa em diálogo com a Câmara, com os usuários, com os servidores, com todo mundo que está dentro dessa discussão do Instituto de Saúde Mental, se ele quiser fazer isso, os efeitos dessa portaria já estarão sustados. Então eu acho que não dá para a gente ficar esperando um acordo para o governo dizer que está sustado. Ele tem que sustar ou a gente susta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, bem rapidamente, eu sempre serei da posição que o diálogo realmente é o melhor caminho para a gente solucionar os problemas. A gente gostaria de saber do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

Líder de Governo, então, qual é o caminho que a gente vai tomar, até porque a gente está aqui discutindo e daqui a pouquinho a gente vai perder o *quorum* e não vai conseguir votar esse projeto. Então eu queria saber do Líder de Governo se há uma proposta do tipo: amanhã o Secretário pode vir aqui à Casa para uma conversa? Deixem-me dizer uma coisa para vocês. Vamos supor que a gente vote aqui. Daqui a pouco eles entram na justiça. Se eles conseguirem vencer na justiça, acho que vai ficar pior. Eu acho que, se a gente conseguir entrar num consenso, desde que haja uma sinalização do Líder de Governo... Quero dizer que eu estou aqui a favor de vocês, mas também quero ver o caminho melhor para a gente resolver o problema. Então esta é a atitude que eu queria pedir ao Líder de Governo: se ele tem um encaminhamento para nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, eu vou ser bem breve, mas temos que deixar bem claro que essa portaria não atende aos anseios dessas famílias e desses trabalhadores. Portanto, o que o Deputado Cláudio Abrantes disse, com muito conteúdo, é que será muito melhor se votarmos hoje e cassarmos esses malditos efeitos, porque nós vamos inclusive facilitar o trabalho do Poder Executivo.

Então, no meu entendimento, tem que ser feito isso e está sacramentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir para cessarmos a discussão, até porque nós não vamos pular etapas. Aqui nós estamos falando da votação. Se o Governador quiser judicializar isso, até isso ir para a Justiça e a Procuradoria da Casa defender, já vai ter passado a eleição, ele já vai ter perdido a eleição e nós vamos estar em outro governo. Então o que eu queria pedir é para a gente votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputada Celina Leão. Vamos passar para a votação, então.

Só para deixar claro, Deputado Agaciel Maia, houve um parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que é a comissão que trata do assunto da constitucionalidade, e o parecer foi favorável. Votamos o parecer e aprovamos o parecer. Quando o governo não comparece e não temos o eco necessário, a ferramenta que temos é essa daí.

Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir a votação nominal e, na condição de Líder de Governo, encaminhar a votação contra a derrubada da portaria da Secretaria de Justiça.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 03 2018	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação.

Só retificando, os Deputados que forem favoráveis ao parecer da CCJ permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Segue Dilza

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só retificando, os Deputados que forem favoráveis ao parecer da CCJ permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2018, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por uma questão de legalidade, o meu voto é não. E eu oriento a Bancada do Governo para votar não.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____

Folha nº _____